

Na rota para a salvaguarda do património?

Marta Santos (*)

Num território onde alguma avidez imobiliária tem gerido os impulsos de desenvolvimento comercial e habitacional como resposta ao quase exclusivo turismo de massas, a que tenta responder o território, urge a necessidade de salvaguardar e revitalizar um património edificado nas suas componentes sociais, culturais, económicas e ambientais. As intervenções, descaracterizadoras do território, não integram os valores culturais pré-existentes, não respondendo assim ao conceito de desenvolvimento sustentável já defendido em 1987, como o conjunto de acções que «satisfazem as necessidades da geração actual, sem comprometer a possibilidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades» 1.

Simultaneamente as assimetrias entre o litoral e o interior algarvio têm vindo a acentuar-se, motivadas pelo abandono dos campos de cultivo, desenquadrados das lógicas económicas e comerciais actuais, o que conduziu à desertificação dos territórios rurais e à densificação dos núcleos existentes do litoral, e promoveu explosões de condomínios, parques temáticos, golfs, shoppings, de estratégia colonizadora, e na maioria dos casos alheia à identidade do «lugar». Cria-se assim uma relação de amor / ódio, entre o crescimento económico e a necessidade de identidade urbana, polvilhada por acções pontuais de reabilitação, de carácter eleitoral ou associadas à disponibilidade de financiamentos, muitas vezes materializadas no conceito mais estremo do «very typical» de alguns centros históricos.

A participação da população na valorização e na tomada de medidas de salvaguarda do seu património, desenvolvendo trabalhos na área da educação e da sensibilização patrimonial, encorajará a salvaguarda do legado cultural construído, levando à consciência da importância que a valorização do património edificado detém no desenvolvimento sustentável da sua comunidade.

A integração das comunidades locais em políticas de salvaguarda do património construído, (re)estabelecerá o saber colectivo das práticas de reabilitação e intervenção no edificado, que agindo de uma forma adequada e participada, integrará as diversas identidades culturais, factor essencial para o desenvolvimento da coesão social e cidadania tão necessário nos dias de hoje.

1 BRUNTLAND, G., Our Common Future: The World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.

(*) Arquitecta. Sócia da AGEAL